

O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA NO PERÍODO 1946-66 E SUA RELAÇÃO COM O CICLO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO⁺

Wesley Pereira de Oliveira
Mestre em Economia (UFPA)
Doutorando em Economia (UnB)
wpoeconomia@yahoo.com.br

José Raimundo Barreto Trindade
Doutor em Desenvolvimento Econômico (UFPR)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia
da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA)
jrtrindade@uol.com.br

Danilo Araújo Fernandes
Doutor em Desenvolvimento Sustentável (NAEA/UFPA)
Professor da Faculdade de Economia (UFPA)
danfernandes2@hotmail.com

Resumo

Este trabalho analisa elementos do debate sobre o desenvolvimento amazônico no período 1946-66, isso enquanto parte do processo de planejamento do desenvolvimento regional e em consonância com o debate desenvolvimentista que estava ocorrendo no cenário nacional. Assim, apresenta-se aqui a relação da discussão nacional com a regional. Acredita-se que: i) a discussão que surge sobre desenvolvimento na (e para a) Região Amazônica da segunda metade da década de 1940 está fortemente relacionada com a discussão nacional que ganhava força durante o período, isto é, o pensamento desenvolvimentista; e ii) as características mesmo estando entrelaçadas apresentam diferenças, uma vez da evidente heterogeneidade entre a região amazônica e o centro-sul do país. Assim, ao entrelaçar o pensamento desenvolvimentista nacional com a formação de um pensamento amazônico sobre desenvolvimento faz-se necessária uma investigação mais detalhada para compreender os reflexos do primeiro no segundo e quanto o segundo absorveu (e se diferenciou) do primeiro.

Palavras-chave: Amazônia; Desenvolvimentismo; SPVEA.

Abstract

This paper seeks to analyze issues of debate about the Amazon development during 1946-66 years as component of regional development planning and its relation with the developmentalism discuss which was taking place on Brazilian national set. Thus, we evaluate the relation between national and regional propositions. We believe that i) the debate which emerge about Amazon development during 40's presents an strongly relation with the national debate about the developmentalism, ii) as well as those points present similarities they are also different, because the heterogeneity between Amazon region and south and southeast regions of Brazil. Thus, interlacing the national developmentalism thought with the formation of a Amazon propositions needs of a detailed study to understand how the national debate influenced the regional context.

Key-words: Amazon, developmentalism, SPVEA

Área temática: História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia.

⁺ Este artigo resulta da dissertação de mestrado do primeiro autor defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA), sob orientação do segundo autor.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1940 foi momento de grande relevância para a região amazônica, pois marca o início da elaboração da primeira tentativa de planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia com a inserção do artigo 199 na Constituição de 1946 e dos debates que daí seguiram até a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953.

Busca-se neste trabalho analisar elementos do debate sobre o desenvolvimento amazônico no período 1946-66, isso enquanto parte do processo de planejamento do desenvolvimento regional e em consonância com o debate desenvolvimentista que estava ocorrendo no cenário nacional. Assim, apresenta-se aqui a relação da discussão nacional com a regional.

Para chegar a tal objetivo, percorrem-se os seguintes caminhos: i) faz-se primeiramente uma discussão do pensamento desenvolvimentista brasileiro, apresentando sua gênese e seu desenrolar durante o período 1930-64 caracterizado como ciclo ideológico do desenvolvimentismo; e ii) uma análise do debate amazônico como sendo relacionado com os acontecimentos nacionais. Pretende-se, assim, uma melhor elucidação dos acontecimentos amazônicos como parte da influência do desenrolar nacional do debate sobre desenvolvimento e ações e planos daí decorrentes.

A economia brasileira passou por um importante momento de transição na virada para a década de 1930, período este de destaque na história econômica do Brasil pela passagem de um regime agrário-exportador, baseado na cultura cafeeira, para uma efetivação da instituição do processo de industrialização no país.

Antes de 1930, porém, tem-se um período fértil de acontecimentos que possibilitaram as bases do desenvolvimento industrial brasileiro, onde, grosso modo, observa-se a decadência do modelo primário-exportador, seja pela queda da demanda internacional do café (e do preço), seja pelo aumento da produção, seja pelos efeitos da I Guerra Mundial que agravaram o quadro; sendo o estopim a crise de 1929. De qualquer forma, o que se tem na literatura econômica é uma interpretação da indústria nascente relacionada com o setor primário-exportador.

A partir de 1930, percebe-se uma reformulação do Estado, onde o mesmo passa a assumir papel fundamental na economia, algo que não era de destaque até então. Um novo cenário que vai se configurando nos anos de 1930, englobando instituições políticas e

econômicas que estão agora envolvidas na busca pela industrialização. O Estado aumenta sua participação nas decisões econômicas e assume a responsabilidade de ser a principal máquina impulsionadora da industrialização.

Nesse contexto de discussão sobre a industrialização que se origina a ideologia econômica denominada desenvolvimentismo. Tal ideologia visava sustentar o projeto de industrialização integral e teve origem entre 1930-45, sendo que “a crise econômica internacional, suas repercussões internas e a centralização política nacional posterior à Revolução de 1930 estão entre os principais fatores explicativos” do nascimento do desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 78).

Na década de 1940 (durante a 2ª Guerra Mundial) o Estado brasileiro continua sua política industrializante, centralizando as atenções ao eixo centro-sul. Com a eclosão da 2ª GM, as atenções voltam-se também para a Amazônia. Não para fazer parte do processo de industrialização, mas para retomar a produção de borracha e suprir a demanda norte-americana, uma vez que sua principal fonte de borracha estava naquele momento tomada por inimigos da guerra.

Não dura muito tempo a atenção voltada para a Amazônia, pois, com o fim da guerra, a região volta ao anonimato de antes, porém reascende com intensidade no pensamento de agentes locais o desejo de desenvolver a região e surge, principalmente neste momento, uma intelectualidade preocupada com a região, intelectualidade esta que rebatia as orientações vindas do governo central entendendo que algumas das políticas propostas não eram condizentes com a realidade e as necessidades amazônicas.

Acredita-se que i) a discussão que surge sobre desenvolvimento na (e para a) região amazônica na segunda metade da década de 1940 está fortemente relacionada com a discussão nacional que ganhava força durante o período, isto é, o pensamento desenvolvimentista; e ii) as características mesmo estando entrelaçadas apresentam diferenças, uma vez da evidente heterogeneidade entre a região amazônica e o centro-sul do país.

Assim, ao entrelaçar o pensamento desenvolvimentista nacional com o desenvolver da formação de um pensamento amazônico sobre desenvolvimento faz-se necessária uma investigação mais detalhada para compreender os reflexos do primeiro no segundo e quanto o segundo absorveu (e se diferenciou) do primeiro.

O trabalho está dividido em quatro partes. Além desta introdução, a seção 2 apresenta as principais características do pensamento desenvolvimentista brasileiro no período 1930-64, explicitando os contextos e motivos de sua origem e decadência. A terceira parte trata da

discussão desenvolvimentista na Amazônia tendo na SPVEA o *benchmark* da análise – por ser a primeira instituição criada visando o planejamento do desenvolvimento regional; finalmente, nas considerações finais faz-se o exame de conjunto do desenrolar nacional com o regional.

2 O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO: 1930-64

O explícito movimento em prol da industrialização brasileira a partir de 1930 gerou uma forte efervescência no pensamento econômico brasileiro. Mais do que uma política revelada visando reduzir a dependência do café e do setor externo, o discurso industrializante defendia ser esta a maneira de superar a pobreza e a desigualdade que marcavam o Brasil naquelas décadas iniciais de século XX (BIELSCHOWSKY, 2000). Já Mantega (1984) minimiza afirmando que o interesse pela industrialização não tinha tanto peso social, tendo como centro a redução da pobreza, mas sim um desenvolvimento econômico mais acelerado para o país e que as reformas sociais tinham caráter mais de medidas assistenciais.

A discussão intensificada no início da década de 1930 resultou em intensas propostas e debates principalmente nas duas décadas seguintes. Uma discussão realizada basicamente entre o novo pensamento que se erguia, o desenvolvimentismo, e o movimento liberal¹. Sobre este ponto, Mantega (1984) observa que o interesse do projeto de Simonsen (pró-industrialização) não visava tomar lugar das oligarquias agroexportadoras, mas sim dividi-lo. Em outras palavras, as ideias propostas estavam mais voltadas para modificações no campo das atividades econômicas e não no político.

2.1 O PERÍODO EMBRIONÁRIO DO DESENVOLVIMENTISMO

A década de 1930 começa com acontecimentos relevantes no cenário nacional e internacional. Nesse novo momento de efervescência no país (principalmente política), um tema que ganhou destaque e abrangência foi o nacionalismo. A história econômica brasileira, sempre pautada na produção de bens primários e tais produtos geralmente voltados para o mercado externo, fez com que naquele momento alguns membros da sociedade dedicassem esforços no sentido de pensar soluções efetivas visando minimizar os efeitos devastadores na

¹ Não significa que não havia outras correntes. A questão é que o foco estava direcionado a essas duas.

economia e na sociedade causados em momentos de crise externa ou de excesso de oferta no mercado internacional de produtos primários também produzidos no Brasil.

No ensejo nacionalista próprio desse período, o ideário da industrialização desponta como caminho para superar os problemas estruturais do país, com destaque à pobreza e a desigualdade. Nas mudanças observadas no começo dos anos 30, o esforço em prol da industrialização é tomado como carro chefe e o Estado é o novo centro impulsionador da economia, o que possibilita o surgimento de novas visões sobre o papel que a industrialização tem no cenário que vai se configurando pós 1930².

De acordo com Bresser-Pereira (1987), é na década de 30 que o país começa a fase de sua Revolução Industrial, corroborando que as origens do movimento em prol da industrialização são encontradas em período anterior à década de 1930 (ver SUZIGAN, 1986 e 1996). Para o autor, a caminhada no sentido à industrialização começa nos anos 30 em razão da combinação de dois fatores elementares, a saber, “a oportunidade econômica para investimentos industriais, proporcionada paradoxalmente pela depressão econômica, e a Revolução de 30” (p. 31), aspecto de destaque pelo fato do enfraquecimento da oligarquia agrária que durante quatro séculos foi dominante no país.

Uma das visões que surgiram no período, e que se destacou no pensamento econômico brasileiro, foi a ideologia desenvolvimentista. Sobre a fase embrionária do desenvolvimentismo (1930-44), Bielschowsky (2000, p. 78) destaca que a “crise econômica internacional, suas repercussões internas e a centralização política nacional posterior à Revolução de 1930 estão entre os principais fatores explicativos do surgimento dessa ideologia econômica”.

Nas palavras do autor supracitado (p. 77), o desenvolvimentismo “foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros”. E complementa afirmando ser possível identificar três correntes dentro do desenvolvimentismo, a saber, a do setor privado, a nacionalista e a não nacionalista³. Tais correntes têm como similaridades “o projeto comum de formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental” (Idem, p. 77).

² Para Bresser-Pereira (1987, p. 31), “as medidas do Governo que mais estimularam o arranque da economia brasileira e o seu desenvolvimento industrial foram tomadas por acaso”.

³ Ver Bielschowsky (2000) para a diferenciação entre as três correntes.

2.2 O AMADURECIMENTO DO DESENVOLVIMENTISMO

O período de maturação da ideologia desenvolvimentista, compreendido entre 1945-55, é caracterizado por um cenário de efervescência de ideias basicamente centralizadas em duas vertentes teóricas: liberais e desenvolvimentistas. Dentre os resultados, pode-se citar o surgimento de vários veículos difusores das discussões daquele momento, destacando a criação da Fundação Getúlio Vargas (1944), a criação de um Conselho e de um Departamento Econômico na CNI (1947), os periódicos *Digesto Econômico* (1944) e *Conjuntura Econômica* da FGV (1947), entre outros (BIELSCHOWSKY, 2000).

Com o início do segundo governo Vargas, que volta ao poder com o compromisso de intensificar o processo de industrialização sob a égide de um capitalismo de cunho nacionalista (SOUZA, 2010), o pensamento desenvolvimentista ganha força e serve de base para a elaboração de políticas com maior participação do Estado no planejamento do desenvolvimento.

A caminhada no sentido de sair do mundo das ideias para a prática teve na década de 1950 o período mais próspero, onde as ações e políticas discutidas e implementadas estavam em grande maioria embasadas no discurso desenvolvimentista, apesar da latência de outras argumentações no cenário nacional. Conforme afirma Mantega (1984), o discurso desenvolvimentista foi encapado principalmente pelos governos Vargas (1951/54) e JK (1956/61).

Tendo aqui a primeira metade dos anos 50 como parte da fase de amadurecimento desenvolvimentista, as ações e/ou iniciativas governamentais desse momento estavam embebidas de discurso do desenvolvimentismo. Um exemplo é a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – CMBEU (1951/53), que tinha como principal objetivo, segundo Mantega (1984, p. 65), “o de promover a industrialização, isto é, criar condições para o advento da acumulação de capital em escala monopolista”. A Comissão elaborou mais de quarenta projetos orientando o governo em áreas tidas como chaves à industrialização: transporte ferroviário, energia elétrica, navegação costeira, portos e estradas de rodagem.

Outra importante iniciativa ainda na primeira década dos anos de 1950 foi a criação do Grupo Misto BNDE-CEPAL, em 1953. Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, foi dada a missão de financiar projetos que visassem o desenvolvimento industrial, principalmente os voltados para infraestrutura e, posteriormente,

dedicou-se também aos investimentos privados. Assim, no ano seguinte a criação do Banco, formou-se o Grupo Misto, sendo chefiado por Celso Furtado.

No governo Vargas, a busca do aparelhamento estatal para fazer frente ao novo momento pautado na intensificação da industrialização acaba por criar inúmeras instituições estatais, dentre elas: Assessoria Econômica da Presidência da República, Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), Petrobras, BNDE, SPVEA, Banco do Nordeste, CNPq, entre outras (IANNI, 1986). Em suma, o programa de industrialização empreendido no governo Vargas estava “voltado para a criação e fomento de um capitalismo de cunho nacionalista, autônomo e sob controle estatal” (SOUZA, 2010, p. 148).

2.3 AUGE E CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

Esta última fase do ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1956-64) é caracterizada pelo momento de inflexão observado na aceitação política e social do pensamento desenvolvimentista. Teve seus anos de auge tendo no ISEB um importante centro de formação teórica e elaboração de estudos sobre a realidade brasileira, além da implantação prática desenvolvimentista no Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek; e em seguida começou a perder campo em virtude de fatores diversos que serão abordados nas linhas a seguir.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) teve grande influência no cenário político brasileiro. Formado em 1955 sob orientação de Hélio Jaguaribe, o ISEB foi uma continuação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), criado no início dos anos 50, e era composto por intelectuais e técnicos do governo (TOLEDO, 2005).

O ISEB era composto por pessoas das mais variadas vertentes e orientações filosóficas, sociológicas e políticas, mas o ponto de convergência entre todos era que através do confronto de ideias e do debate era possível conceber um projeto ideológico comum para o país. Assim, conforme destaca Toledo (2005), o nacional-desenvolvimentismo é fruto de tais atritos de ideias e visava a superação do atraso socioeconômico através da intervenção e planejamento governamentais.

Depois de desavenças e burburinhos no final de 1958, o ISEB foi convertido em órgão burocrático (era parlamentar) e a nomeação de seu diretor seria agora via indicação do Ministro da Educação e não por votação de um Conselho, como fora outrora. Enfim, Jaguaribe deixou o ISEB em 1959, que viria a ser fechado em 1964 com o golpe militar.

Os esforços de compreensão da economia nacional e as sugestões de políticas visando um desenvolvimento nacional observados na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e no Grupo Misto BNDE-CEPAL resultaram, em 1956, na elaboração do Plano de Metas. Segundo Vasconcellos *et al.* (1996), o Plano pode ser dividido em quatro objetivos básicos, a saber, i) uma série de investimentos estatais em infraestrutura, destacando-se as áreas de transporte e energia elétrica, ii) incentivo ao aumento da produção de bens intermediários (aço, cimento, carvão, entre outros), iii) estímulo à inserção de setores de bens de consumo duráveis e bens de capital e, finalmente, iv) a construção de Brasília.

Em outras palavras, Ianni (1986, p. 160) afirma que o Plano objetivava “transformar a estrutura econômica do país, pela criação da indústria de base e a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial”, e que surge do processo de racionalização governamental em termos de política econômica, uma vez da experiência adquirida ao longo da elaboração e execução de planos, projetos e programas, e também de um menor tom político na técnica de planejamento, estudos e debates e de um menor receio sobre a participação do governo na economia por parte dos empresários e dos governantes dos países desenvolvidos.

Mantega (1984) ressalta que o Plano se distingue de seus similares antecessores pelo fato de agora disponibilizar, de forma deliberada, incentivos ao setor privado, combinando com a atuação estatal, decorrendo em quantidade inédita de recursos disponibilizada para um plano. Com tais recursos a disposição visando dar continuidade e ampliação da acumulação industrial, o Estado agiria basicamente em duas frentes: i) na coordenação e integração dos vários setores da economia, mapeando as carências infraestruturais e as brechas deixadas pelo setor privado, e, por conseguinte, criando ou ampliando as empresas estatais para solucionar os problemas identificados; ii) incentivando deliberadamente à produção privada via disponibilização de linhas de créditos.

O nacional-desenvolvimentismo teve, então, grande relevância no desenrolar dos fatos ocorridos na economia brasileira principalmente dos anos 50, não só pelo fator de que munuiu os governantes e *policy-makers* de instrumento teórico bem embasado, mas também pelo fato da aplicabilidade prática de suas ideias (MANTEGA, 1984).

A partir da década de 1960 uma série de acontecimentos nos campos políticos e econômicos leva à crise do pensamento desenvolvimentista. Bielschowsky (2000) lista algumas características do cenário da época que foram fundamentais para tal processo. No campo de preocupação e reflexão dos problemas econômicos, a atenção estava voltada

principalmente para a questão inflacionária e os resultados ruins do balanço de pagamentos, além da ânsia pelas chamadas reformas de base.

Mantega (1984, p. 75) nota que mesmo com a expansão da produção capitalista no país ao longo da década de 1950, porém os ganhos sociais embutidos no desejo desenvolvimentista não ocorreram sendo que os “desníveis sociais, ao invés de desaparecerem ou diminuírem, acabaram se ampliando”.

Por fim, o autor conclui que a ideologia que embasou o movimento industrializante no país “não atendia propriamente aos interesses do grosso da nação brasileira, como sustentavam os seus ardorosos adeptos, mas beneficiava, sobretudo, as frações mais modernas da burguesia, vinculadas à acumulação monopolista” (MANTEGA, 1984, p. 76).

A intenção que se tinha também de expandir a produção industrial para outras regiões do país (estava centrada no sudeste brasileiro) não foi bem sucedida. Segundo Furtado (1968a), faltou uma política diretora no processo de industrialização do país, e por conta disso deu margens às consequências negativas, a mais grave delas seria o recrudescimento da diferença entre as regiões brasileiras, que foi provocado pela inexistência de infraestrutura compatível com o processo de passagem de uma economia primário-exportadora para uma industrial.

3 A DISCUSSÃO DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PERÍODO 1946-1966

Enquanto se dava o debate sobre a industrialização e o desenvolvimento no âmbito nacional, a Amazônia passava por momento semelhante de discussão e ao mesmo tempo contraditório quanto às especificidades e o jogo de interesses das elites locais.

A demanda pelos produtos oriundos da Amazônia era geralmente do mercado internacional (e o é ainda hoje, com o minério). As ações dos governos locais de maneira planejada visando o crescimento econômico da região inexistiam e a presença do governo federal com políticas de integração e/ou planejamento regional também não existiu efetivamente até o início da década de 1940.

Durante os anos da II Guerra, um novo cenário se configura na Amazônia com a retomada da extração gomífera. Mudanças na sociedade, agora com um contingente populacional mais expressivo do que nos anos anteriores – principalmente devido às políticas

de imigração implementadas pelo governo federal durante a retomada da produção gomífera – , e também mudanças institucionais criaram condições e ambiente para começar um novo momento da história da Amazônia, esse é o período embrionário do processo de planejamento regional amazônico.

O discurso revelado do governo federal em busca de elaborar políticas visando desenvolver a região amazônica está diretamente vinculado com a discussão a nível federal sobre planejamento nacional. O que será tratado nesta seção é justamente a relação das investidas visando o desenvolvimento da Amazônia com o discurso nacional de desenvolver o país durante o período 1946-1966.

Acredita-se, então, que seja possível discorrer sobre uma segmentação em termos de discurso e de políticas no período para a Amazônia. Seguindo tal linha de raciocínio, nesta seção se analisa as políticas (e o discurso) voltadas para a região amazônica em três momentos que acreditamos estarem dotados de características suficientes para possibilitar uma divisão temporal, destacando sempre a relação dos acontecimentos na região com o ideário desenvolvimentista nacional, conforme apresentado anteriormente.

O primeiro período compreenderia os anos 1946-1952, caracterizado como sendo embrionário na discussão sobre planejamento regional amazônico; o segundo abrange o intervalo 1953-1959, como sendo de implementação das políticas resultantes de um esforço de junção das ideias pensadas no período anterior; e, finalmente, os anos 1960-1966, caracterizados como de decadência do modelo aplicado.

Não por coincidência, a periodização sugerida tem na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) o *benchmark* de toda a discussão, ou seja, a periodização acima listada trata de momentos anteriores ao surgimento da SPVEA, sua criação e elaboração dos programas e sua decadência. Acredita-se que os períodos embrionários, de vida e de morte deste órgão representam bem a “*démarche*” histórica sobre desenvolvimento no período em estudo.

3.1 O PERÍODO EMBRIONÁRIO DA DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: 1946-1952

Com o fim da II Guerra Mundial, grande parte das instituições criadas resultantes do esforço de guerra do país (Acordos de Washington) foi mantida. No intuito de assegurar a manutenção dos órgãos, buscar por algum projeto que primasse pela valorização da região e

de tentar garantir a presença do governo central por um tempo mais prolongado no espaço amazônico, o deputado do Amazonas Leopoldo Peres tomou a iniciativa de elaborar uma emenda que deu origem ao art. 199 da carta constitucional de 1946 (MENDES, 1958).

Assim, o momento tido como inicial desta primeira fase da discussão sobre planejamento da Amazônia é a inserção na Constituição de 1946 do referido artigo que trata de um plano de valorização de Amazônia. Assim, consta no artigo 199 que:

Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.
Parágrafo único - Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal (BRASIL, 1946).

O compromisso em dedicar um mínimo de 3% da renda tributária da União à região amazônica ecoou como um ato de atenção da federação para com a região. O referido artigo ainda enfatiza que os estados e territórios (e respectivos municípios) amazônicos destinem igual percentual para a mesma finalidade. É importante ressaltar que o movimento federalista dos constituintes de 1946 em prol dos programas de valorização regional ia contrário ao contexto da época, quer dizer, o que se privilegiava era que os investimentos fossem realizados em áreas onde a rentabilidade do capital apresentasse melhor retorno, o que significava dizer em áreas do centro-sul (SPVEA, 1960).

Mendes (1958) argumenta que o sentido da valorização é mais do que simplesmente enriquecer a região, e sim também dignificá-la. O autor apresenta de forma ímpar a caracterização dos problemas da região inserindo a própria (in)consciência do homem amazônico como parte deles. Nas palavras do referido autor:

Os empecilhos que a Amazônia tem encontrado não são todos exteriores a ele, alguns procedem do seu próprio eu – e nem sempre ele o sabe. A tomada mesmo de consciência da miséria do homem do barranco é-lhe vedada, porque não possui o escalão de comparação: não conhece mais do que o horizonte curto de seu igarapé ou rio, e da floresta em que vive emparedado. Não encontra oportunidade de identificar sequer o que pode e o que deve reclamar, porque não conhece o que é reclamável. Não ambiciona, porque sua ambição não teria objeto. Não desespera, porque não chegou a esperar. Está conformado, porque não pôde ser informado. Este, o homem a margem dos rios. Não o das cidades, e a Amazônia tem-nas do tamanho de Belém e Manaus – cerca de 300 mil, mais de 100 mil habitantes, respectivamente (MENDES, 1958, p. 37).

Os movimentos de confrontação e interação das elites locais e nacionais em prol da valorização econômica da Amazônia, assim como as consequências das políticas implementadas na região delineiam um mosaico de estudos ainda pouco conhecido nacionalmente, porém extremamente importante em função do papel que esta região passa a cumprir no cenário brasileiro desde então.

3.1.1 Construção do discurso desenvolvimentista na Amazônia

Na trilha nacional da ideologia desenvolvimentista que vinha se desenhando desde os anos 1930, a Amazônia inicia, a partir da segunda metade da década de 1940, sua fase de discussão sobre desenvolvimento. Conforme assinala Fernandes (2010, p. 257), é neste momento “que podemos afirmar que começam a se forjar, em torno da Amazônia, uma certa unidade discursiva e uma nova institucionalidade com uma orientação ideológica de viés tipicamente desenvolvimentista com um forte teor regionalista”⁴. Assim, percebe-se na região a construção de uma estratégia visando sanar alguns gargalos amazônicos históricos tidos como entraves ao desenvolvimento regional.

Fernandes (2010) resume bem os anseios amazônicos na segunda metade da década de 1940: i) procurava-se, via planejamento, superar o período crítico da socioeconomia amazônica iniciado com a crise da economia gomífera a partir da segunda metade da década de 1910; ii) buscava-se diversificar a base produtiva da região; iii) melhorar a oferta de serviços básicos como educacionais, saúde e infraestrutura; iv) necessidade de conhecer as potencialidades (dos recursos naturais) da região, para tanto demandava-se a criação de instituições de pesquisa e, finalmente, v) a necessidade de integração da Amazônia à economia do país.

O cenário para a elite de aviadores e comerciantes da região não se apresentava dos melhores em termos de perspectivas econômicas. Ao final da Guerra, a demanda norte-americana pela borracha foi praticamente estancada, ficando, novamente, o setor extrativista exportador em situação eminente de crise. Internamente, o mercado da indústria nacional da borracha aumentava sua demanda pelo produto, impulsionada, principalmente, pela nascente indústria automotiva. Ora, seria essa uma forma de agora o setor exportador de borracha amazônica endereçar o produto para o mercado nacional. Era uma opção que iria a calhar não fosse à contestação no que tange ao preço da borracha (a borracha do Oriente chegava a custar a metade do preço da borracha nacional). Houve forte pressão da indústria nacional para o rebaixamento dos preços do produto, algo que a elite gomífera amazônica não era de acordo.

O que se configurava na região naquele momento era a junção de um conjunto de ideias/interesses que se tornariam as bases de um desenvolvimentismo-regionalista

⁴ O autor complementa (p. 257): “Por institucionalidade e pensamento de viés desenvolvimentista-regionalista, portanto, queremos nos referir aqui a um conjunto de idéias e iniciativas – de cunho político, econômico e cultural –, que tinham em comum um certo conjunto de diretrizes voltadas para a formação de um projeto de desenvolvimento regional em um caráter, ao mesmo tempo, independente e complementar em relação ao projeto desenvolvimentista brasileiro em um sentido mais amplo”.

amazônico. Assim, um novo ambiente institucional estava se configurando na região e a movimentação que se fazia no sentido de tornar efetivo o nascente projeto pela valorização econômica da Amazônia ganhava consistência e respaldo governamental. Um exemplo de mudança institucional no período são as alterações das funções atribuídas ao hoje Banco da Amazônia S.A. (BASA).

3.1.2 A Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Com a inclusão do Art. 199 na Constituição de 1946, a necessidade de um plano de valorização da Amazônia resultou em debate frequente nos últimos anos da década de 1940 e início da década seguinte. Criou-se, então, uma Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que deveria elaborar um plano – conforme discurso do então Ministro da Justiça Benedito Costa Neto, proferido em 6 de dezembro de 1946 –, onde o projeto seria elaborado depois da realização de estudos e pesquisas sobre as reais necessidades amazônicas, pois assim

...poderá ser assegurada a elaboração de um projeto capaz de satisfazer, de maneira a mais cabal, aos superiores interesses da Amazônia, beneficiando aquela região, tanto no setor estritamente econômico, como, correlata e necessariamente, no setor do povoamento, da saúde pública e da educação o que redundará em benefício para todo o País, dada a incalculável riqueza do vale amazônico e a quase ilimitada perspectiva de progresso que oferece.

O que se percebe no discurso anterior é o aspecto destacado por Fernandes (2010, p. 261) ao afirmar que os debates sobre planejamento e industrialização na segunda metade dos anos 1940 traziam “uma preocupação crescente com os rumos das regiões menos desenvolvidas do país, as quais passam a serem vistas como elementos limitantes de uma estratégia de desenvolvimento nacional mais amplo”, ou seja, havia um incentivo revelado por parte do governo central pela busca de melhorias das regiões menos desenvolvidas do país, pois continuando tais regiões no atraso econômico seria um entrave ao projeto de desenvolvimento nacional.

Sabia-se, via orientação da Constituição de 1946, o quanto seria disponibilizado de recursos para tornar real o plano de valorização da Amazônia. Na tabela abaixo se observa as estimativas do quanto seria destinado para a região, seguindo a orientação constitucional de disponibilização de 3% das rendas tributáveis do país. Tinha também a convicção de que tais 3% resultariam em valores não inferiores a 300 milhões de cruzeiros a partir de 1949.

Tabela 1 - Rendas tributáveis do país e os 3% para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Anos	Em Milhares de Cruzeiros	
	Rendas Tributárias	3%
1943	4.226.592	126.798
1944	5.631.423	168.943
1945	7.080.404	212.412
1946	9.366.880	281.006
1947*	10.168.000	305.040
1948*	10.921.450	327.644

(*) Estimativa orçamentária.

Fonte: Medeiros (1948).

Entretanto, o que não se sabia ainda era de que maneira utilizar os recursos acima provisionados e qual o formato do órgão a ser criado para gerir esses recursos e elaborar e executar as políticas na região amazônica.

Como resultado de todo um debate sobre o plano no interior da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, algumas propostas foram apresentadas. Destacaram-se no período as contribuições do deputado Gomes Ferreira e principalmente do deputado Eduardo Duvivier. O substitutivo apresentado por Duvivier trazia proposta de criação de uma Superintendência da Valorização da Amazônia, que seria o órgão executor do plano. A proposição do parlamentar recebeu emendas do então senador Álvaro Adolpho em 1951⁵, sendo elevado agora ao status de anteprojeto, no qual uma Superintendência e uma Comissão de Planejamento eram criadas (OLIVEIRA Jr., 2009). Percebe-se que o anteprojeto do plano de valorização da Amazônia foi resultante de um demorado processo de discussão que durou cerca de cinco anos, de 1946 até 1951.

3.2 A CRIAÇÃO DA SPVEA E O PERÍODO DE AMADURECIMENTO DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA AMAZÔNICO: 1953-1959

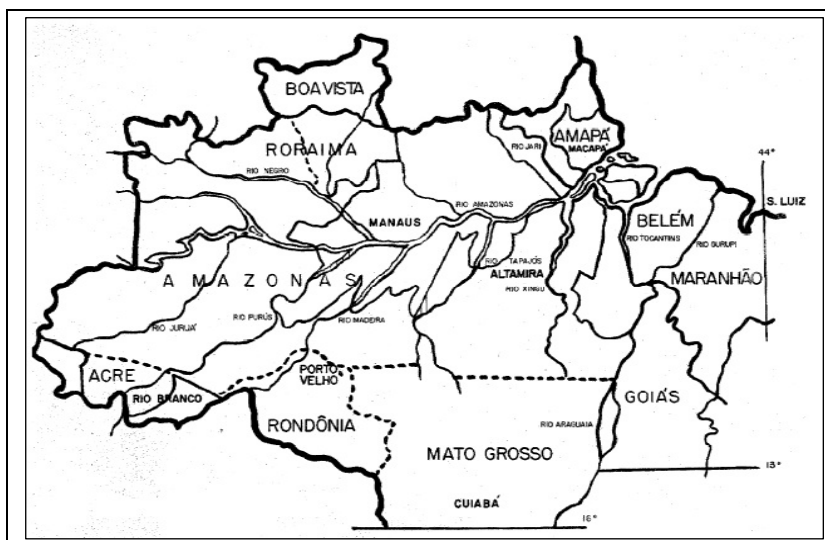
O substitutivo do deputado Duvivier que, após receber emendas do senador Álvaro Adolpho, foi convertido em anteprojeto em 1951 foi finalmente transformado em lei dois anos depois. Trata-se da Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953, que dispõe a respeito do Plano de Valorização da Amazônia (PVA), cria a Superintendência que será a executora do Plano e dá outras providências.

⁵ Parecer sobre o projeto de Lei do Senado nº 73 de 1951.

Desta lei, quatro pontos merecem destaque: o primeiro diz respeito a própria explicitação do PVA e seus objetivos centrados na melhoria “dos padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País”.

O segundo trata da delimitação espacial correspondente a Amazônia (ver Figura 1), ou seja, da área que sofrerá ação a partir da execução do plano de valorização. Segundo consta no art. 2º:

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.



Fonte: Brito (1998, p. 19).

Figura 1 - Amazônia e sua divisão territorial segundo a SPVEA.

O terceiro ponto diz respeito aos objetivos do Plano, apresentados em catorze tópicos, conforme o art. 7º. São eles: 1) promover o desenvolvimento da produção agrícola; 2) fomentar a produção animal; 3) desenvolver um programa de defesa contra as inundações periódicas; 4) promover o aproveitamento dos recursos minerais da região; 5) incrementar a industrialização das matérias primas de produção regional; 6) realizar um plano de viação da Amazônia; 7) estabelecer uma política de energia na região em bases econômicas; 8) estabelecer uma política demográfica; 9) estabelecer um programa de desenvolvimento do sistema de crédito bancário; 10) fomentar o desenvolvimento das relações comerciais; 11)

manter um programa de pesquisas; 12) incentivar o capital privado; 13) orientar a organização administrativa; 14) manter um serviço de divulgação econômica e comercial.

Finalmente, o quarto ponto trata da criação do órgão que seria responsável pela execução do Plano de Valorização, ou seja, especifica a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (S.P.V.E.A.), diretamente subordinada ao Presidente da República.

Na Mensagem do Congresso Nacional de 1953, após a aprovação da Lei 1.806, Vargas argumenta que “os esforços no sentido de recuperação de toda a região amazônica deverão entrar em nova fase, com a instalação, já autorizada pelo Congresso, da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia”. A SPVEA, finalmente, teve sua instalação efetivada em Belém no dia 21 de setembro de 1953. Os componentes da Comissão de Planejamento começaram as atividades, partindo, primeiramente, da elaboração do Regimento Interno e, no início de outubro, começaram efetivamente a preparar o programa emergencial (SPVEA, 1954).

Somente em 1954, com o Decreto nº 35.020, de 08 de fevereiro, Vargas aprovou o orçamento e o Programa de Emergência (PE) da Valorização Econômica da Amazônia. Para começo das atividades de intervenção na região, o PE foi elaborado pela Comissão de Planejamento. A Comissão fez uma divisão dos trabalhos em seis subcomissões – i) produção agrícola, ii) transportes, comunicações e energia, iii) desenvolvimento cultural, iv) recursos naturais, v) saúde e vi) crédito e comércio – para estudar diferentes temas da região amazônica visando apontar seus problemas básicos e, a partir disso, esboçar uma lista de prioridades. Tal estudo foi denominado de “Concepção preliminar da Valorização Econômica da Amazônia”.

Do total, o orçamento previsto para execução do Programa contabilizava Cr\$ 330 milhões, sendo Cr\$ 300 milhões do governo federal e Cr\$ 30 milhões provenientes da contribuição dos estados e municípios da região (os 3% constitucionalmente previstos). Além das despesas administrativas e de manutenção de órgãos executivos e de representação, o orçamento do Programa de Emergência estava subdividido de acordo com as subcomissões apresentadas anteriormente, com exceção da de crédito e comércio. Ao final, duas grandes áreas tiveram prioridades na repartição dos recursos: a) transporte, comunicações e energia (26%) e b) saúde (25,75%).

Grosso modo, o Programa de Emergência revela três vertentes básicas: i) conhecer o potencial da região em termos de recursos naturais, ii) agir em alguns problemas principais

visando amenizar um quadro entendido como de precariedade que se encontrava a Amazônia, principalmente no que tange a condições da população (saúde, educação, etc.) e iii) dotar a região de infraestrutura e de conhecimento agropecuário para criar bases mais sólidas no processo de valorização.

Mahar (1978, p. 17) complementa argumentando que o programa “não era realmente um plano, mas sim uma série de decisões políticas que *a posteriori* tomaram forma de plano”. Sendo então executado no decorrer de 1954, o programa foi uma prévia de algo mais amplo que estava em fase de elaboração concomitantemente à execução do programa emergencial, o I Plano Quinquenal da SPVEA. Vale ressaltar que a ideia inicial era de que vários planos quinquenais fossem elaborados e implementados em um período não menor do que vinte anos, conforme a carta constitucional de 1946.

Elaborado paralelamente à execução do programa de emergência, o I Plano Quinquenal de valorização da Amazônia começou a ser implementado em 1955. Elaborado pela comissão de planejamento da SPVEA, o Plano era mais abrangente do que o emergencial. Porém, cabe aqui uma importante observação: o plano foi elaborado em um espaço de tempo muito curto e, como foi escrito em concomitância à execução do programa emergencial, não teve a exclusividade do esforço pensante em sua elaboração, pois se tinha que atender ao programa de 1954.

Mesmo havendo possibilidade de aperfeiçoamento do plano com o passar do tempo, que não era muito, percebe-se o baixo grau de conhecimento sobre a região e o quão isso representa negativamente para os resultados que se esperava alcançar com a implementação do I Plano Quinquenal da Amazônia.

Em termos de recursos, o valor total estimado para a execução do plano foi de pouco mais de Cr\$ 8,2 bilhões, conforme evidenciado na Tabela 2 abaixo. No primeiro ano, por exemplo, a quantia orçada era de Cr\$ 1,1 bilhão, o que representava três vezes mais do que o destinado ao programa de emergência executado em 1954. Percebe-se que em termos de prioridade orçamentária, a maior atenção foi dada a área do desenvolvimento agrícola (22,17%) e transportes, comunicação e energia (21,55%). A concentração nessas duas áreas reflete bem algumas metas principais do plano, que eram incentivar a atividade agrícola visando diminuição da alocação de mão de obra na atividade extrativista e melhorar as condições de infraestrutura das áreas abrangidas.

Tabela 2 - Orçamento do Plano Quinquenal – 1955-59* (Cr\$ milhões)

Área	1955	1956	1957	1958	1959	Total do quinquênio	%**
Administração geral	50,0	50,9	52,2	54,2	59,0	266,3	3,24
Desenvolvimento agrícola	214,0	262,3	322,6	448,8	575,7	1.823,4	22,17
Recursos naturais	93,9	129,0	129,0	117,0	117,0	585,9	7,12
Transportes, comunicações, energia	230,3	275,9	355,5	408,0	503,0	1.772,7	21,55
Crédito e comércio	170,7	221,8	280,0	347,2	429,5	1.449,2	17,62
Saúde	236,0	253,2	298,0	343,6	387,9	1.518,7	18,46
Cultura	113,4	135,9	154,1	190,2	215,9	809,5	9,84
Total	1.108,3	1.329,0	1.591,4	1.909,0	2.288,0	8.225,7	100,00

Fonte: SPVEA (1960, p. 41).

(*) Os valores para 1955 são propriamente orçamentários, os demais resultam de estimativas.

(**) Percentual da área em relação ao total do quinquênio. Elaboração do autor.

Tendo a dotação orçamentária mostrada acima, a seleção das zonas prioritárias e os temas que iriam receber os recursos para execução do plano, pode-se realizar análise dos fatores que tiveram influência na atividade da SPVEA. Baseado no relatório da SPVEA (1960), os fatores positivos e negativos são listados a seguir. Assim, como fatores que influenciaram negativamente a execução do I Plano Quinquenal, cinco podem ser listados como principais.

i) Os defeitos de origem, problemas intrínsecos, como a dificuldade de engajamento de pessoal com competência técnica e pela utilização de alguns métodos entendidos depois como impróprios para a ocasião em que foram aplicados, são marcantes. Já os problemas exteriores à SPVEA, tidos como mais influentes na redução do poder da ação da instituição, “particularmente com o DASP e o Congresso Nacional, a SPVEA entra frequentemente em conflitos jurisdicionais, de competência, sofrendo seus planejamentos nesses conflitos, sensível deformação” (SPVEA, 1960, p. 109).

ii) Outro fator negativo são as irregularidades e omissões no recebimento de recursos. O abandono de projetos e a execução parcial ou dispendiosa de outros não eram fatos raros. Cita-se também a confusão que se fazia na programação financeira por conta da inflação (de até 18%) que corroía o valor orçado, o que necessitava reajustar os valores provisionados.

iii) Um terceiro fator foi a escassez de técnicos. Como já falado anteriormente, não havia um *staff* em termos de quantidade e experiência capaz de dar conta dos desafios que se propunha superar na Amazônia. Vale lembrar que não era somente nos programas voltados para a região amazônica que tal fator era encontrado. No relatório aqui em menção há de forma clara que a oferta insatisfatória de técnicos qualificados “para incorporar às políticas de

desenvolvimento regional e aos órgãos que as aplicam, tem sido, aliás, uma constante em todo o Brasil” (p. 113).

iv) Quarto elemento que influenciou de forma negativa as atividades da SPVEA foi a precariedade da estrutura empresarial. Ora, uma região que ainda tinha em suas veias a presença marcante de um longo tempo de atividade extrativista e que não promoveu diversificação em sua base produtiva, a presença de empreendedores na região certamente era algo que se apresentava como entrave à região. Apresentariam efeitos melhores se houvesse lideranças empresariais que fossem capazes de absorver os recursos e utilizá-los no sentido de proporcionar um efeito multiplicador no retorno.

v) Por último, mas de grande relevância, é a diversidade geográfica e o desconhecimento científico da região. Uma região de extensão continental como a Amazônia, com baixíssima densidade demográfica e heterogeneidade em termos de solo, por exemplo, aliado com a carência de informações (científicas) mais precisas sobre a região tem como resultado a incerteza quanto ao potencial amazônico no período, o que inviabilizava a elaboração de políticas específicas e, ao final, interferia negativamente na atuação da instituição.

Já os fatores tidos como positivos que influenciaram a atividade da SPVEA, podem-se frisar o elemento dinâmico fruto dos recursos estatais e a colocação do desenvolvimento regional como fator nacional. No que tange ao primeiro, a participação governamental como agente financiador em regiões com desenvolvimento tardio como a Amazônia é em muitos casos a solução para que se possibilite processo de crescimento. No caso do Brasil, não há como imaginar em meados do século XX outra forma de buscar amenizar as disparidades regionais (Amazônia e Nordeste) senão pela iniciativa revelada do governo e a aplicação de recursos estatais. No que diz respeito ao desenvolvimento regional como interesse nacional, a SPVEA foi um exemplo de que o Estado chamou para si a responsabilidade do planejamento e execução da política de desenvolvimento.

3.3 AUGÉ E DECLÍNIO DO DESENVOLVIMENTISMO AMAZÔNICO: 1960-1966

Na introdução do relatório **SPVEA (1954/60) – Política de Desenvolvimento da Amazônia**, o então superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Waldir Bouhid, relata alguns fatos ocorridos durante os sete anos de SPVEA até aquele momento. Fica evidente da pressão e dos boatos que se criaram durante os anos da década de

1950 sobre a instituição: “continuadamente a SPVEA foi objeto de campanhas difamatórias, que se sucediam na reedição de mentiras e intrigas perfeitamente desmoralizadas”, diz Bouhid (p. 12). O superintendente complementa:

Tudo isso se antepõe a certos interesses, que procuram se embuçar nas trincheiras da moralidade administrativa (triste moralidade) e da defesa da coisa pública para desencadear, através da imprensa e eles vinculada, a reedição dos velhos chavões de calúnias contra a SPVEA, já esclarecidas e reduzidas ao seu exato conteúdo (SPVEA, 1960, p. 12).

Como se percebe, não bastasse os problemas orçamentários e a dificuldade de ação em terras pouco conhecidas, havia ainda opositores, por assim dizer, ao trabalho da instituição. Em sua avaliação, Bouhid se mostra ciente que a SPVEA não agiu de acordo com a ‘orientação metodológica mais racional’, uma vez que os resultados conseguidos no período ficaram aquém do que se desejava. Argumenta ainda que as ações da instituição deveriam ter sido mais técnicas, porém o quadro de pessoal em vários níveis da superintendência não era adequado o suficiente para atender a tal exigência.

Findado o I Plano Quinquenal e observados resultados aquém dos esperados, a SPVEA passou por reformulação em termos de proposição no começo dos anos 1960. Um parêntese: soa no mínimo estranho a afirmação de que os resultados foram modestos, uma vez que o processo para consecução dos objetivos (ambiciosos) foi regado de vários fatores negativos, ou seja, as deficiências internas e as interferências externas não possibilitaram alcançar os resultados esperados; em suma, não se deu chance para resultados melhores.

No período de vigência do Plano, o governo JK implanta o Plano de Metas e não inclui a região amazônica como beneficiária dos projetos, com exceção da construção da Belém-Brasília, o que deixa a SPVEA e a Amazônia fora das grandes obras nacionais (OLIVEIRA Jr., 2009).

Dentre as realizações da SPVEA, conforme apresentadas por Pandolfo (1994), podem ser citadas a realização de maneira pioneira de inventários florestais na região, melhoramento em Belém e Manaus dos sistemas de geração e distribuição de energia elétrica, a construção de escolas, centros de pesquisas e hospitais, criou o primeiro Centro de Pesquisas Florestais da região (Santarém), financiamento de refinaria de petróleo em Manaus e de uma fábrica de cimento no Pará, entre outras realizações.

Com a implantação do regime militar em 1964, o governo que se instalava tinha um discurso de modernizar a economia brasileira, tendo como ponto de partida a realização de uma reforma na estrutura econômica nacional então observada. No caso da Amazônia, a SPVEA viria a ser substituída por outro órgão para responder aos anseios do governo militar

para com o desenvolvimento da região amazônica (BRITO, 1998). Assim, em seu artigo 53, a Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, resolve que “fica extinta a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA – criada pela Lei número 1.806, de 6 de janeiro de 1953” e no artigo 9º a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é criada. Tem-se, com isso, o fim de uma estratégia de planejamento na Amazônia e começa um novo ciclo na região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou o debate e as políticas de desenvolvimento da Amazônia durante o período 1946-66 e sua relação com a ideologia desenvolvimentista que tinha presença marcante nas decisões econômicas e políticas do país naquele período. A proposição de discutir uma relação entre esses dois fatos é por acreditar que há uma influência da construção desenvolvimentista no cenário nacional com os acontecimentos presenciados na Amazônia no período supracitado. Relação sim, porém com especificidades e tempo de maturação diferentes.

O argumento desenvolvimentista que o país só iria superar o atraso econômico através de uma política de industrialização planejada pelo Estado, e que para o Brasil crescer de maneira duradoura seria necessário inserir todas as regiões no processo, acabou por incentivar os parlamentares amazônicos a endossar a ideia de tornar constitucional a intervenção governamental na Amazônia.

Os constituintes de 1946 quebraram um pouco da lógica que se vinha observando até então, a de centralizar os investimentos no centro-sul, e inseriram na Constituição de 1946 a exigência de criação de um plano de valorização regional. Acredita-se que parte dessa posição se deve a discussão federalista em formação, onde todas as regiões deveriam estar conectadas em prol da causa nacional (de crescimento econômico pautado na industrialização), mas também devido o cenário nada promissor que se encontravam a Amazônia e o Nordeste.

No caso da região amazônica, foi mostrado na seção 3 que depois dos anos dourados do primeiro ciclo da borracha, o que se tinha na Amazônia era um cenário praticamente de total estagnação, tamanha fora a dependência da atividade exportadora de borracha e a incapacidade de superação via instrumentos internos. Ora, com início do governo Vargas em 1930, a industrialização passando a ser levada como principal projeto de governo, e a

Amazônia em um período de 20 anos de estagnação, nada mais oportuno do que buscar inserir a região na levada nacional.

O curto período de retomada da produção gomífera na primeira metade dos anos 40, em virtude dos Acordos de Washington, onde o Brasil forneceria borracha aos norte-americanos, por motivos já amplamente discutidos, não resultou em melhorias para a região, até porque o objetivo era apenas exportar o produto, sem ter comprometimento àquela altura com o desenvolvimento, mas deixou um maior contingente populacional, principalmente nordestino e, entre outras coisas, o Banco de Crédito da Borracha.

Tem-se também no país nos anos 40 o fortalecimento das entidades representativas do setor industrial. Fato natural em virtude do recrudescimento do debate industrializante que tomava conta das pautas de discussão. Fiesp, CNI entre outras aumentaram seus horizontes de reivindicações. Seguindo a trilha dos fatos nacionais, a Amazônia fundou a primeira entidade para representar o interesse do setor industrial da região, a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), em 19 de novembro de 1949, nascida da junção de seis sindicatos da indústria estadual⁶, sendo Gabriel Hermes seu primeiro presidente, ficando à frente da federação por 43 anos. Já no Amazonas, a FIEAM foi fundada em 3 de agosto de 1960, sendo primeiramente presidida por Abrahão Sabbá.

Enquanto se projetou no cenário nacional a fundação do BNDE em 1952 para financiar os projetos de desenvolvimento industrial, na Amazônia o Banco de Crédito da Borracha foi convertido em Banco de Crédito da Amazônia para disponibilizar recursos ao desenvolvimento amazônico. Se por um lado havia a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Grupo Misto BNDE-CEPAL e o Plano de Metas, por outro havia a Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia e depois a criação da Superintendência no Plano de Valorização Econômica da Amazônia com seus planos de emergência (1954) e quinquenal (1955-59).

No caso da Amazônia, mais especificamente a SPVEA, merece ser enfatizado que ela foi a primeira experiência em termos de planejamento regional da Amazônia. Ora, quando se tem evento de caráter experimental, a probabilidade de insucesso ou pouca eficiência de realização do planejado é maior.

De qualquer forma, a título de conclusão, dois aspectos devem ser frisados no que tange a originalidade da SPVEA. Primeiro, a grandiosidade do projeto, muito ambicioso, principalmente por se tratar de uma área pouco conhecida, mesmo com os esforços feitos

⁶ De arroz, marcenaria, panificação e confeitaria, alfaiataria e confecção de roupas para homem, calçado e olaria.

buscando conhecer alguns elementos básicos da região não foram suficientes. Segundo foi a questão política, fator central para que algumas atividades não andassem ao ritmo esperado, seja pelo demorado percurso que se arrastou da inserção do artigo 199 na carta constitucional em 1946 até a implantação da SPVEA em 1953, seja pelo fato de o Congresso não ter aprovado de maneira definitiva as dotações orçamentárias da instituição.

Viu-se, portanto, que há relação bastante próxima entre o debate sobre o desenvolvimento da Amazônia e os acontecimentos a nível nacional, frutos da ideologia desenvolvimentista, no período 1946-66.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DA AMAZÔNIA S. A. (BASA). O Basa e o desenvolvimento da Amazônia. Belém: DESEC, 1968.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Último acesso em: 5/fev. 2011.

BRESSER-PEREIRA. L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil, 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRITO, Daniel Chaves de. A Sudam e a Crise Institucional do Desenvolvimento na Amazônia. Paper do NAEA n° 96, Belém: Naea, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Um panorama da política de desenvolvimento de Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaDesenvolvimento>. Último acesso em: 2/fev. 2011 (não datado).

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão Regional e a Formação do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia**. Tese em versão preliminar (doutorado) – Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2010.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, 1986.

JAGUARIBE, Hélio. Entrevista com o professor Hélio Jaguaribe de Mattos. História da Ciência (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp), 2005. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ehelio.pdf>. Último acesso em: 19/fev 2011.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MEDEIROS, Océlio de. **À Margem do Planejamento Econômico da Amazônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

MENDES, Armando Dias. **Introdução ao Planejamento Regional Brasileiro**. Vol. 1. Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1958.

OLIVEIRA Jr. Antonio de. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. Revista de C. Humanas, Vol. 9, n° 1, p. 37-53, Jan./Jun. 2009.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais**. Belém: CEJUP, 1994.

SENADO FEDERAL. **Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. Relator Senador Álvaro Adolpho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

SOUZA, E. R. de. O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, v.1, n.1, jan./jul. 2010, p.147-164.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM. *Amazonia modelo de integración*. Belém, 1973.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA – SPVEA. **Plano de Emergência**. Belém: Gráfica Falangola Editora, 1954.

_____. **SPVEA (1954/60) – Política de Desenvolvimento da Amazônia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960a.

_____. **SPVEA (1954/60) – Política de Desenvolvimento da Amazônia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960b.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VARGAS, G. *Mensagem ao Congresso Nacional*. (1951). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. (1952). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. (1953). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. (1954). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1954.